



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – HIS

**Recife sublevada: a insurreição de 1935 em uma
perspectiva micro-histórica**

Bruno Sousa Lima

Brasília – DF
2021

Bruno Sousa Lima

**Recife sublevada: a insurreição de 1935 em uma
perspectiva micro-histórica**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História. Orientado pela Prof^ª. Dr^ª. Ione de Fátima Oliveira

Brasília – DF
2021

*Dedico este trabalho à memória do meu avô, José Viriato Nascimento.
Sua luz sempre me guiará.*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à amiga Carolina Martins, responsável pelo primeiro passo dessa jornada. Obrigado pela insistência, confiança e incentivo ao longo desses anos de graduação. Sua importância é inestimável.

Às amigas Nathália Coelho e Bruna Santana por serem referências na vida acadêmica e fora dela. Cada conselho, sugestão e palavra de encorajamento me manteve firme nos estudos e abriu novos horizontes para o futuro. Sempre serei grato por todo o companheirismo de vocês.

À minha orientadora, professora Ione Oliveira, que despertou em mim o amor à História do Brasil Contemporâneo. Sem sua dedicação, ensinamentos, presteza e generosidade este trabalho não seria possível.

Por fim, à Gabriela, que durante todos esses anos esteve ao meu lado e compartilhou cada instante desse sonho. Por ter segurado minha mão nos momentos difíceis e sorrido comigo nas comemorações. Obrigado pelas palavras de confiança, gestos de carinho e presença amorosa.

RESUMO

Seguindo os preceitos teórico-metodológicos da micro-história, este trabalho propõe-se a analisar a vida de Henrique Accioly Lins da Silva, escriturário da *The Great Western of Brazil*, de Recife, Pernambuco, preso em dezembro de 1936 por ter, supostamente, participado da insurreição comunista de 1935. Para isso, serão examinados o processo aberto no Conselho Nacional do Trabalho pela companhia pedindo autorização para demitir o ferroviário, os documentos do Departamento de Ordem Política e Social referentes ao escriturário e os arquivos do Tribunal de Segurança Nacional relativos ao julgamento dos envolvidos na rebelião de Recife. Desta forma, o objetivo desta monografia é compreender o contexto político e social da insurreição em Recife a partir da história deste personagem, descrevendo suas atividades enquanto trabalhador e agente político, suas relações pessoais, papel desempenhado no sindicato da empresa e seu envolvimento com os acontecimentos registrados naquele estado no período delimitado.

Palavras-chave: Micro-história. Intentona Comunista. Pernambuco. *Great Western of Brazil*. Henrique Accioly Lins da Silva.

ABSTRACT

Following the theoretical and methodological precepts of micro-history, this work aims to analyze the life of Henrique Accioly Lins da Silva, clerk at The Great Western of Brazil, in Recife, Pernambuco, who was arrested in December 1936 for, allegedly, having participated of the 1935 communist uprising. To this end, the company's National Labor Council process seeking authorization to dismiss the railroader, the document the Department of Political and Social Order relating to the clerk and the files of National Security Court regarding the trial of those involved in the Recife's rebel will be examined. Thus, the objective of this monograph is to understand the political and social context of Brazil in the 1930s from the history of this character, describing his activities as a worker and political agent, his personal relationships, the role played in the company's union and his involvement with the events recorded in that state in the defined period.

Keywords: Microhistory. Communist intent. Pernambuco. Great Western of Brazil. Henrique Accioly Lins da Silva.

Sumário

| | |
|--|----|
| Introdução | 8 |
| Capítulo 1: o Brasil nos anos 1930 | 11 |
| 1.1 – As várias bandeiras após 1930..... | 11 |
| 1.2 – Das bandeiras às armas | 13 |
| 1.3 – Comunismo e perseguição | 14 |
| 1.4 – O levante..... | 17 |
| 1.5 – Burocracia e repressão..... | 20 |
| Capítulo 2: Pernambuco e o Brasil | 22 |
| 2.1 – Pernambuco nos 1930..... | 22 |
| 2.2 – As ferrovias pernambucanas..... | 24 |
| 2.3 – A <i>GWB</i> | 26 |
| 2.4 – O movimento operário e a legislação trabalhista..... | 28 |
| 2.5 – Trabalhadores pernambucanos e a <i>GWB</i> | 29 |
| Capítulo 3: Henrique Accioly Lins da Silva..... | 31 |
| 3.1 – O ferroviário | 31 |
| 3.2 – O processo do CNT | 34 |
| 3.3 – O julgamento no TSN..... | 36 |
| 3.4 – Os anos pós-condenação..... | 39 |
| Considerações finais | 41 |
| Referências bibliográficas | 43 |

Introdução

Este trabalho dedicar-se-á à trajetória política de Henrique Accioly Lins da Silva¹, escriturário da ferrovia *The Great Western of Brazil* (GWB), de Recife, Pernambuco. O escriturário ficou 118 dias sem comparecer ao serviço e a empresa abriu um inquérito administrativo para demiti-lo por abandono de emprego. Após o processo ser encaminhado ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT), foi descoberto que o ferroviário estava encarcerado no Presídio Especial do Recife por ter supostamente participado da chamada Intentona Comunista.

Essa monografia pretende analisar a jornada desse personagem, desde sua atuação na Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *Great Western* até seu julgamento e condenação à pena de cinco anos de reclusão. Para isso, serão utilizados o processo de demissão que tramitou por dois anos no CNT, os documentos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) relativos à tentativa revolucionária em Recife e os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) referentes ao escriturário. Também será utilizada parte da legislação promulgada durante o período que tem relevância com o tema.

Em uma abordagem mais específica, pretendo examinar a vida do escriturário, suas funções desempenhadas no sindicato e na empresa, os argumentos utilizados pelos seus acusadores tanto no processo do CNT quanto no do TSN e o seu papel na rebelião. E de forma geral, também serão tratados o contexto dos anos de 1930 em Pernambuco e no Brasil, a atuação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), o Partido Comunista do Brasil (PCB), a legislação trabalhista e a história da *Great Western*, entre outros pontos.

Assim, a proposta é uma análise em escala reduzida sobre a insurreição em Recife a partir da atividade política de um personagem que ficou à margem da literatura acadêmica que aborda o tema. Trata-se, portanto, de uma monografia norteadas pelas práticas teórico-metodológicas da micro-história.

Nesse sentido, revela-se necessário uma breve reflexão a respeito dos preceitos da micro-história, um campo ainda pouco explorado na historiografia brasileira, mas com interminável quantidade de possibilidades. (VAINFAS, 2002: 162-163) A necessidade surge do fato de que toda a problematização que será apresentada a seguir parte do

¹ Esta será a grafia utilizada para tratar do personagem em análise, uma vez que o nome do escriturário aparece de diferentes formas nas fontes analisadas.

² Ver BRASIL. Lei de Segurança Nacional. 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html> Acesso em 18/02/2021.

paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg, que em certa medida orientou, ou no mínimo sintetizou, a metodologia da micro-história.

A micro-história nasceu na Itália na década de 1970, a partir da publicação da coleção **Microstorie**. Entre seus célebres colaboradores constam nomes como Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Edward Thompson. (ESPADA LIMA, 2006: 16) No entanto, talvez o autor que tenha alcançado maior projeção tenha sido Carlo Ginzburg, com seu renomado **O queijo e os vermes**, de 1976. A trajetória de um modesto moleiro chamado Menocchio, que desafiou o tribunal inquisitório com críticas aos dogmas da igreja católica, se popularizou ao longo dos anos dentro e fora da academia. Apesar de **O queijo e os vermes** ter se tornado um marco da micro-história, outro texto do autor italiano, menos famoso, mas certamente relevante, é apontado como a pedra fundamental deste modelo de pesquisa historiográfica. (VAINFAS, 2002: 109)

Em **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**, de 1986, Ginzburg trata do paradigma indiciário e como esta técnica foi utilizada pela ciência desde os tempos mais remotos para se chegar a uma hipótese por meio de evidências. O autor defende que “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”, opondo-o ao método galileano que se preocupa com questões gerais em detrimento de questões particulares (GINZBURG, 1989, p. 156-157). Para o autor, as pesquisas históricas devem ater-se às especificidades, sem descartar seus macro-aspectos.

A história se manteve como uma ciência social *sui generis*, irremediavelmente ligada ao concreto. Mesmo que historiador não possa deixar de se referir, explícita ou implicitamente, a séries de fenômenos comparáveis, a sua estratégia cognoscitiva assim como os seus códigos expressivos permanecem intrinsecamente individualizantes (mesmo que o indivíduo seja talvez um grupo social ou uma sociedade inteira). (GINZBURG, 1989, p. 156-157)

Ginzburg argumenta que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitam decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). Desta forma, o historiador precisaria se atentar aos detalhes e minúcias para jogar luz a personagens, comunidades, trajetórias, histórias até então submersas pela abordagem da História Geral. Com isso, a análise exaustiva das fontes se torna fundamental na busca por fios que, embora pareçam soltos, possam desenrolar novos.

Não por acaso, o evento em análise abrange muitas das propostas da micro-história, como veremos a seguir. A escolha do ferroviário foi realizada, entre outros

motivos, por suas peculiaridades que compreendem o manual elaborado por Vainfas em **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Segundo o autor, entre as características da micro-história estão a aproximação com a antropologia, seu apego à narrativa, a escolha por microtemas e microanálises, biografias de personagens ordinários, a descrição exaustiva dos fatos, recortes temporais curtos, situações limites e a análise minuciosa do corpo documental, entre outros pontos. Com isso, o caso escolhido parece contemplar muitos dos parâmetros adotados pela micro-história.

Conforme já dito anteriormente, a micro-história parte do preceito de se reduzir a escala de observação. Para isso, a primeira etapa da pesquisa precisa estar em um lugar mais elevado e ir se aproximando gradualmente do objeto de estudo. Portanto, este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro me dedicarei à contextualização do Regime Vargas, à ANL e ao PCB, à legislação da época, apoiando-me na bibliografia já existente.

Em seguida, me aproximarei do objetivo principal deste trabalho abordando a cidade de Recife (PE) na década de 1930, a história das ferrovias pernambucanas e a história da *Great Western of Brazil*, também utilizando a literatura já produzida. Por fim, concluirei a monografia com a historização do personagem, relacionando-o aos temas já tratados nos capítulos anteriores com base nos documentos estabelecidos para análise.

Realizar essa monografia no contexto de pandemia, em que as bibliotecas se encontravam fechadas, as reuniões com a orientadora ocorreram unicamente de forma virtual e trabalhando com uma quantidade relevante de documentos, se mostrou desafiador e instigante.

Logo nas primeiras mensagens trocadas com a professora Ione Oliveira fui alertado que a criatividade seria imprescindível para a execução deste trabalho. Com essa recomendação em mente, esforcei-me para produzir um texto que despertasse a curiosidade do leitor ao mesmo tempo que oferecesse informações relevantes sobre o período retratado, integrando a história do personagem com temas já abordados amplamente pela literatura, como a Revolução de 1930, a Era Vargas, a legislação trabalhista, o movimento operário, entre outros.

Capítulo 1: o Brasil nos anos 1930

Mesmo se tratando de uma análise em micro-história, com um objeto específico, faz-se necessária uma contextualização maior para se ter compreensão do período em que o ferroviário Henrique Accioly Lins está inserido. O principal objetivo deste capítulo será apresentar a conjuntura do Brasil nos anos de 1930, seus aspectos socioeconômicos e as disputas de grupos políticos que representavam projetos distintos para o país.

1.1 – As várias bandeiras após 1930

Desde que assumiu o Governo Provisório, em novembro de 1930, Getúlio Vargas enfrentou crises políticas, disputas internas, revoltas militares, greves, insurreições armadas, entre outras instabilidades. Parte desta turbulência pode ser explicada pela heterogeneidade do grupo que formou a Aliança Liberal e que posteriormente articulou o movimento que depostou Washington Luís, impedindo a posse de Júlio Prestes. (PANDOLFI, 2007: 16-17) Fazia parte desta amálgama ex-presidentes da República, presidentes e ex-presidentes de estados, grupos civis e lideranças do tenentismo – apesar de seu maior expoente, Luís Carlos Prestes, não ter aderido à coalizão.

Naquele momento, a Aliança representou um pacto de diversas forças políticas, muitas vezes antagônicas, em favor de um propósito comum. As divergências foram postas de lado, pelo menos temporariamente, e as propostas de reformas foram traçadas, ainda que de forma evasiva. De forma geral, os aliancistas defendiam pleitos de cunho social e político.

Os aliancistas propunham reformas no sistema político, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Pregavam anistia para os perseguidos políticos e defendiam direitos sociais, como jornada de oito horas de trabalho, férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Propunham também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos além do café, e diminuição das disparidades regionais. (PANDOLFI, 2007: 16)

Definidas as eleições em março de 1930, parte dos aliancistas iniciou a conspiração que, oito meses depois, culminou com o fim da Primeira República. Com Vargas à frente do Governo Provisório, a Constituição suspensa e os estados sendo geridos por

interventores, não demorou para que as antigas celeumas voltassem a gerar atritos, mas desta vez, dentro do grupo que havia tomado o poder.

Havia um claro conflito de gerações entre os aliancistas civis gaúchos e mineiros. Nomes como Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, Virgílio de Melo Franco, Francisco Campos e o próprio Vargas não gozavam de tanto prestígio até aquele momento, tendo construído suas carreiras políticas à margem de grandes lideranças oligárquicas em seus respectivos estados. (FAUSTO, 1978: 419-420) A aproximação destas novas lideranças civis com os militares rebeldes naturalmente causava desconforto aos aliancistas que pertenciam aos quadros políticos tradicionais e que passaram a ser denominados como “oligarcas dissidentes”, como Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e Borges de Medeiros. Na década anterior, este mesmo núcleo de políticos experientes havia combatido de forma implacável os jovens tenentes que tentaram derrubar as oligarquias por meio das armas e que estavam à frente do movimento revolucionário de 1930. Desta forma, apresentavam-se lado a lado nas primeiras fileiras da Revolução adversários históricos.

Com o golpe estabelecido, outra disputa também entraria em jogo: o protagonismo revolucionário do movimento. (BORGES, 2003: 162-163) Os diversos atores que se aglutinaram em torno da Aliança passaram a reivindicar participação no poder pela legitimidade de suas contribuições à coligação e ao próprio golpe. Esta disputa por espaço na nova ordem era tratada com cautela pelo perfil conciliador de Vargas, o que não agradava em absoluto nenhum dos grupos.

Assim, enquanto os setores oligarcas dissidentes mais tradicionais desejavam um maior atendimento à sua área e maior soma no poder, com um mínimo de transformações, os quadros civis mais jovens almejavam a reforma do sistema político, os tenentes defendiam a centralização do poder e a introdução de reformas sociais, e os setores vinculados ao Partido Democrático tinham como meta o controle do governo paulista, além da efetiva adoção de princípios liberais. (FERREIRA; PINTO, 2018: 394)

Todos esses interesses deram o tom à dinâmica política nacional na década de 1930 e marcaram o período como um dos mais agitados do país, com a Revolução Constitucionalista, a Intentona Comunista e o Levante Integralista, que ensaiaram, sem sucesso, derrubar Vargas.

1.2 – Das bandeiras às armas

Insatisfeitas com as medidas centralizadoras do Governo Provisório e com o cerceamento de autonomia, coube às elites paulistas a organização da primeira resposta armada à demora pelo restabelecimento do Estado de Direito. Com a adesão massiva de civis paulista, o levante teve início em julho de 1932. A revolta durou três meses e encerrou-se com a vitória das tropas varguistas. A chamada Revolução Constitucionalista buscava restaurar o *status quo* de São Paulo no cenário nacional, preservar a ordem pública estremecida pelas constantes greves operárias no estado e combater a disseminação do comunismo. (CAPELATO, 1982: 56-69)

A despeito da derrota, os revoltosos viram alguns de seus pleitos serem contemplados, como a nomeação de um paulista civil para o cargo de interventor no estado e o compromisso para a reconstitucionalização do país.

Os trabalhos da Assembleia resultaram na Constituição de 1934 e na eleição indireta de Vargas. Alicerçada em princípios liberais, a nova carta magna incentivou o engajamento político e social. Mas a insatisfação com os rumos da Revolução de 1930 continuava e o cenário político se radicalizou. Desta polarização emergiram duas organizações que capitalizaram o descontentamento das camadas médias urbanas e de integrantes das Forças Armadas.

À direita, influenciada pelos ideais fascistas dos partidos europeus, surgiu em 1932 a Ação Integralista Brasileira (AIB). Sob a regência do intelectual Plínio Salgado, a organização chegou a contar com mais de 500 mil membros e alcançou a popularidade em vários estados. (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2006: 42) Transformado em partido político em 1936, a AIB elegeu representantes nos poderes executivo e legislativo nas esferas municipais, estaduais e federal durante a experiência democrática de 1934-1937. Os integralistas baseavam-se no ultranacionalismo, racismo, autoritarismo, anticomunismo, antiliberalismo e antisemitismo. Também destacava-se em sua militância o forte viés religioso de culto ao mito baseado no cristianismo e que deveria ser central na construção do Estado hierarquizado que defendiam. (CRUZ, 2012: 182)

Apesar da aproximação com Vargas e até mesmo uma negociação para que Plínio Salgado assumisse o Ministério da Educação, os integralistas também recorreram às

armas após a AIB ter sido declarada ilegal com o golpe do Estado Novo. (CALIL, 2010: 68-69) A primeira tentativa ocorreu em março de 1938, mas uma falsa ordem dos líderes da conspiração frustrou os planos dos camisas verdes. Dois meses depois os rebeldes tentaram mais uma ofensiva, mas a falta de organização e a desistência de muitos militantes no momento do ataque condenou o Levante Integralista ao fracasso.

À esquerda, o grande expoente foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que coordenou as revoltas comunistas nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro. A ANL foi criada em março de 1935 por uma parcela do tenentismo formada por ex-líderes do movimento que não haviam aderido à Aliança Liberal e por outros jovens oficiais que, apesar de terem apoiado a Revolução de 1930, estavam descontentes com o governo de Getúlio Vargas. Portanto, em seu gene, estavam a oposição ao varguismo – por princípio ou desilusão – e a defesa de pautas sociais reivindicadas desde a década de 1920. A ANL defendia o calote de dívidas com países imperialistas, a estatização de empresas estrangeiras, a proteção das liberdades individuais e a reforma agrária. (PINHEIRO, 1991: 273) No entanto, outro fator foi determinante para que a ANL conseguisse agregar várias organizações em uma frente única de esquerda: o combate ao fascismo.

A história da ANL começou no segundo semestre de 1934. Seu lançamento, em março de 1935, foi o coroamento de um processo de lutas concretas, de organizações parciais, de acumulação de forças por parte dos setores antifascistas da sociedade. Passou pelas lutas grevistas reivindicatórias da classe operária, pelas discussões de programas de ação entre grupos e partidos de esquerda e pelos tenentes inconformados com os rumos que tomara o movimento de 1930 – lideranças, grupos e reivindicações que encontraram um denominador comum na luta contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional. (VIANNA, 2007: 139b)

1.3 – Comunismo e perseguição

A Lei de Segurança Nacional (LSN)² é fundamental para compreendermos um pouco a trajetória de Henrique Accioly Lins. Foi com base nesta norma que o ferroviá-

² Ver BRASIL. Lei de Segurança Nacional. 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html> Acesso em 18/02/2021.

rio foi preso e condenado a cinco anos de prisão pelo envolvimento no levante comunista. O pedido de prisão preventiva contra Henrique Accioly Lins foi expedido pelo Tribunal de Segurança Nacional com base no artigo 1º da LSN. De acordo com o dispositivo, eram considerados crimes contra a ordem política e social "tentar diretamente e por fato, mudar, por meio violentos, a Constituição da República, no todo ou em parte, ou forma de governo por ela estabelecida", sob pena de reclusão de 6 a 10 anos aos cabeças do movimento e 5 a 8 anos aos co-réus. O objetivo da LSN foi criar um aparato legal especial para punir opositores do governo com regras processuais mais rígidas.

As primeiras discussões sobre uma legislação que garantisse a ordem começaram a circular no final de 1934 como resultado da já mencionada radicalização política. (PINHEIRO, 1991: 271) Paralelamente às reuniões que debatiam a criação de uma frente única de esquerda e às demonstrações públicas de popularidade da AIB, com desfiles pelas ruas da capital, começou a tramitar no Congresso Nacional uma lei com o intuito de reprimir organizações extremistas. Em janeiro de 1935, o ministro da Justiça e Negócios Interiores, Vicente Ráo, encaminhou à Câmara dos Deputados o projeto da Lei de Segurança Nacional. O texto foi aprovado em 4 de abril, cinco dias após o lançamento da ANL.

A lei previa a censura aos meios de comunicação e prisão de um a dez anos para aqueles que estimulassem ou promovessem manifestações de indisciplina nas Forças Armadas ou greves nos serviços públicos. As entidades sindicais consideradas suspeitas poderiam ser fechadas. Ficava evidente o recuo dos liberais diante da organização do movimento popular. (PANDOLFI, 2007: 33)

Apesar de também mirar o aumento da influência da AIB, o principal objetivo da LSN era minar as ações do Partido Comunista. (MOTTA, 2000: 226) No que diz respeito à participação do PCB na formação da ANL, parece haver um consenso entre os historiadores de que a sigla não apresentou interesse na criação da frente, pelo menos inicialmente. Marly de Almeida Gomes Vianna argumenta que, no início das tratativas, em agosto de 1934, o PCB adotou uma postura sectária e negou-se a aderir à coalizão. Nos meses seguintes, decisivos para a organização da ANL, a direção do PCB estava em Moscou, participando do VII Congresso da Internacional Comunista, o que provaria seu distanciamento dos debates. Quando os dirigentes comunistas retornaram ao Brasil,

encontraram a frente praticamente solidificada e com um ideário bem definido. (VIANNA, 2007: 139-140b)

Paulo Sérgio Pinheiro salienta que as principais lideranças da ANL eram oriundas do tenentismo e não pertenciam aos quadros do PCB. No entanto, o autor avalia que "embora seja impossível atribuir exclusividade ao PCB à iniciativa da criação da ANL, não se pode negar que foram os comunistas um dos grandes animadores da frente". (PINHEIRO, 1991: 272) O fato é que se o PCB não participou efetivamente da criação da ANL, viu na organização um instrumento capaz de levar a revolução à tona.

Fundado em março de 1922, o PCB foi jogado na ilegalidade quatro meses depois devido ao estado de sítio instaurado como resposta ao sangrento motim dos 18 do Forte de Copacabana. (SODRÉ, 1984: 49) Nos anos seguintes, enquanto o partido engatinhava na clandestinidade, esforçando-se para se organizar internamente e buscando aproximar-se da Internacional Comunista (IC), o tenentismo angariava simpatizantes por todo o país com suas ações.

Mesmo sendo aceito como membro da IC em 1924, o PCB agiu de maneira independente às orientações de Moscou até meados de 1929. A primeira tentativa de aproximação do partido com o movimento tenentista ocorreu em 1927, durante a Coluna Prestes. Astrojildo Pereira, fundador e secretário-geral do PCB, apresentou uma proposta de aliança a Prestes, que estava refugiado na Bolívia. A ideia dos comunistas era usar o movimento tenentista como força armada para a "terceira revolta", enquanto a direção política do movimento ficaria nas mãos do partido. Mas o plano foi rejeitado pelos ex-colunistas. (VIANNA, 2007: 71a)

As negociações causaram desconforto com a IC, que considerou a medida oportunista. Além disso, a leitura era que o movimento tenentista representava a pequena burguesia e a classe média e pouco se interessava pelas causas operárias. (SODRÉ, 1984: 51) A busca por uma política menos dogmática fez com que a direção do partido fosse substituída em 1929, durante o III Pleno do Comitê Central do PCB. Daquele momento até 1933, o partido passaria por um processo de "proletarização", que consistia, basicamente, na nomeação de operários para os cargos diretivos. De acordo com Vianna, a medida fragilizou o partido e em 1933, novamente a IC interviu para reorganizar o PCB. Com o partido cambaleando e cada vez mais radicalizado, os comunistas declararam neutralidade na Revolução de 1930 por avaliar que se tratava de uma disputa

entre os interesses norte-americano e inglês. Na primeira metade da década de 1930, o PCB concentrou-se em sua organização interna e no alinhamento à IC.

Assim, as experiências do PCB e tenentismo não se entrecruzaram até 1935, quando o conúbio foi selado com a escolha de Luís Carlos Prestes para o cargo de presidente de honra da ANL. Prestes já havia se tornado o maior nome do PCB, renegando o prestígio de caráter pequeno burguês, mas ainda desfrutando da lealdade de parte de seus antigos companheiros militares do movimento tenentista. Se até aquele momento comunistas e um grupo de tenentes optaram por atuações individuais no campo da esquerda, com Prestes convertido ao comunismo e escolhido presidente de honra da ANL, eles finalmente passariam a ocupar o mesmo lado das trincheiras esquerdistas.

1.4 – O levante

O processo de radicalização da ANL iniciou no dia 5 de julho, com a divulgação de um manifesto escrito por Prestes em comemoração ao 13º aniversário da primeira revolta tenentista no forte de Copacabana. O Cavaleiro da Esperança defendia um "assalto", argumentando que "o poder só chegará nas mãos do povo através dos mais duros combates". O texto, abertamente conspiratório, encerrava-se com a frase "todo o poder à Aliança Nacional Libertadora". (SODRÉ, 1986: 78) A ampla difusão das palavras de Prestes conclamando a população para participar de uma revolta armada foi o estopim para que o governo fechasse a ANL. Operando na ilegalidade a partir de julho de 1935, a ANL intensificou as articulações para derrubar Vargas por meio de um movimento armado.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, até então, a ANL não havia defendido uma luta armada. (SODRÉ, 1986: 75) A ilegalidade, apesar de não desmobilizar totalmente a frente, fez com que seus dirigentes vissem a insurreição como única opção, já que estavam afastados do campo político. O plano consistia em organizar revoltas militares por todo o país, angariando a simpatia da sociedade e a adesão de operários. Estes deveriam iniciar greves simultâneas em vários estados, causando um efeito dominó que culminaria na queda de Vargas.

O levante teve início em um sábado, 23 de novembro, em Natal, Rio Grande do Norte. A tomada da capital ocorreu facilmente e serviu como uma faísca em um rastro de pólvora, incendiando o interior do estado, levando várias cidades a se rebelarem. Homero de Oliveira Costa ressalta que, além da insatisfação de soldados, cabos e sargentos com as dispensas ocorridas um dia antes, o PC local foi determinante para a eclosão do movimento.

A Insurreição do 21º BC em Natal, embora só possa ser compreendida como parte de um plano mais geral, articulado a nível nacional, constituiu-se numa precipitação cuja responsabilidade foi da direção do Partido Comunista em Natal, em especial da célula militar (...) Não tem nada a ver com a ANL (pouco expressiva no período de sua legalidade, seus núcleos operativos depois que são postos na ilegalidade, reduz-se a militantes do Partido Comunista. E uma evidência nesse sentido é o fato de que seu presidente no estado, Fontes Galvão, não haver sido sequer ouvido em qualquer processo, em que pese a rigorosidade nos indiciamentos e a repressão que se seguiu após a derrota da Insurreição). (COSTA, 2007: 33)

De fato, no dia do levante, um sargento e um cabo que estavam à frente da agitação procuraram a direção local do PC informando da iminente revolta. Reticentes, os dirigentes comunistas tentaram dissuadir os militares, solicitando que nenhuma decisão fosse tomada até que um emissário voltasse de Recife com orientações do secretariado nordestino. Mas os líderes do movimento garantiram ser impossível apaziguar os ânimos no quartel. (VIANNA, 2007: 251b) Acudido, o PC em Natal tomou a direção política da revolta. Desta forma, a insurreição eclodiu por causa dos militares revoltosos e contou com a adesão dos comunistas que se viram sem saída diante da quartelada.

Já os desdobramentos em Recife tiveram raízes distintas. Segundo Marly de Almeida Gomes Vianna, as principais diferenças da revolta na capital pernambucana em comparação com o que ocorreu em Natal foram o protagonismo do Secretariado do Nordeste do PC, a participação ativa de oficiais no movimento, a resistência dos militares legalistas, o pouco envolvimento de populares e a própria dimensão da revolta, que sequer conseguiu dominar as ruas de Recife. (VIANNA, 2007: 287b)

No entanto, a autora menciona outro fator de peso nesta equação e que nos interessa particularmente por sua proximidade com o objeto central deste estudo. Segundo Vianna, uma greve de empregados da *GWB* nos primeiros dias de novembro aproximou os ferroviários dos militares do 29º Batalhão de Caçadores, além de conquistar a simpa-

tia de populares. (VIANNA, 2007: 290-293b) A solidariedade dos militares à causa dos ferroviários chegou ao ponto de captarem recursos para doação aos grevistas. Em outra ocasião, os soldados se negaram a cumprir a ordem de abrir fogo contra manifestantes. Mas mais do que ouriçar civis e acentuar atritos entre praças e oficiais, o PC local enxergou nos episódios indícios favoráveis para dar início à revolução. Há meses, dirigentes do Secretariado do Nordeste – sediado em Recife – já consideravam a possibilidade de uma eventual revolta armada em Pernambuco. Em junho, Harry Berger (Arthur Ewert), emissário comunista enviado pela IC para assessorar o PCB, esteve no estado e tomou conhecimento de que o Secretariado do Nordeste tinha planos para precipitar levantes na zona pernambucana do São Francisco. No entanto, o comunista alemão conseguiu demovê-los da ideia naquele momento. (PRESTES, 2015: 178-179) Em agosto, uma nova tentativa de levante armado, desta vez na capital, foi impedido às vésperas pela direção nacional da sigla. Quando os acontecimentos de Natal ecoaram em Recife, o partido local não demorou a decidir pelo levante.

Na manhã do dia 24 de novembro os insurretos tomaram o 29º Batalhão de Caçadores e começaram a pôr em prática a tentativa de tomar Recife. Mas logo ficou claro que as ações não teriam êxito pela baixa adesão de populares, operários e até mesmo de militares aliancistas que não se encontravam nos quartéis por ser um domingo. Muitos simpatizantes das causas revolucionárias sequer ficaram sabendo do movimento e a população não conseguia distinguir se se tratava de um levante comunista ou integralista. (VIANNA, 2007: 303b) A falta de organização e preparo fez com que as tropas legalistas aniquilassem o movimento em pouco mais de 48 horas. Na noite de segunda-feira, 25, a ordem já havia sido restabelecida. O movimento sequer chegou a tomar a capital, tendo dominado apenas o Largo da Paz, Moreno e Jaboatão, município onde estavam localizados os sindicatos da *GWB* e onde morava Henrique Accioly Lins.

Na terça-feira, dia 26 de novembro, com a situação em Pernambuco já controlada pelas forças legalistas e com a iminente derrocada em Natal, foi a vez de os militares comunistas do Rio de Janeiro dominarem o 3º Regimento de Infantaria e se amotinarem na Praia Vermelha. Apesar de terem tomado o quartel sem dificuldades e prendido a oficialidade, os revoltosos foram cercados pelas tropas do general Eurico Gaspar Dutra, comandante da 1ª Região Militar. (VIANNA, 2007: 342-343b) Ao meio-dia de quarta-feira, 27 de novembro, todos os focos da insurreição haviam sido sufocados, dando iní-

cio a um período de grande repressão do governo Vargas, que culminaria com o golpe do Estado Novo.

1.5 – Burocracia e repressão

Com a revolta controlada, Vargas se dedicou a promover diversas mudanças na legislação, criando um aparato jurídico eficiente na perseguição de seus opositores. Já no dia 26 de novembro, por meio do decreto nº 457, foi declarado estado de sítio em todo o país por 30 dias, autorizando a detenção ou manutenção em custódia de "todas as pessoas que [houvessem] co-participado na insurreição extremista ou a respeito das quais [tivessem] as autoridades fundados motivos para crer que [viessem] a participar nela, em qualquer ponto do território nacional".³

Em 18 de dezembro, o Decreto Legislativo nº 6 promulgou três emendas à Constituição Federal de 1934 ampliando o fechamento do regime. A primeira delas previa a possibilidade de o Congresso Nacional autorizar Vargas a declarar estado de guerra diante de "comoção intestina grave, com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais". As outras duas emendas estabeleciam a perda de patente de oficiais e a demissão de funcionários envolvidos com "movimento subversivo" por decreto do Poder Executivo.

No dia 24 de dezembro, o Decreto nº 532 prorrogou o estado de sítio por mais 90 dias, além de ressaltar a viabilidade de estado de guerra com base na Emenda nº 1, o que de fato ocorreria em 21 de março do ano seguinte.

A partir de novembro de 1935, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas que cerceavam seu próprio poder, enquanto o Executivo ganhava poderes de repressão praticamente ilimitados. Entre as emendas constitucionais aprovadas havia uma que considerava que o país vivia uma situação de "estado de guerra" quando ocorressem ma-

³ Ver BRASIL. Lei nº. 457, de 26 de novembro de 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-457-26-novembro-1935-516652-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=O%20Presidente%20da%20Republica%20dos,autorizado%20pelo%20decreto%20legislativo%20n.º&text=1%C2%BA%20E%20declarado%20em%20estado,territ%C3%B3rio%20brasileiro%20por%20trinta%20dias> Acesso em 16/04/2021.

nifestações, em qualquer parte do território nacional, que subvertessem as instituições políticas e sociais. (PANDOLFI, 2007: 33)

Outro dispositivo que também foi criado neste período e se revela de extrema importância para a presente pesquisa é a lei nº 136, de 14 de dezembro de 1935, que alterou diversos pontos da LSN e definiu novos crimes contra a ordem política e social.⁴ Entre as mudanças estava a possibilidade de o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio apurar e autorizar a dispensa de empregados de empresas particulares que "se filiarem clandestina ou ostensivamente a centros, juntas ou partidos proibidos na lei nº 38 (LSN)". (Art. 23) Foi com base nesse artigo que Henrique Accioly Lins foi demitido pela *Great Western of Brazil*, após autorização do ministério em 17 de fevereiro de 1936, dois meses antes de o pedido chegar ao CNT.

Isso mostra que as mudanças feitas na legislação tornaram a burocracia mais eficaz, concentrando no Executivo o poder de perseguir seus adversários. Todo esse arcabouço jurídico foi criando alicerces e testando os limites que Vargas poderia alcançar com sua escalada autoritária, o que resultaria no golpe do Estado Novo, em novembro de 1937.

⁴ Ver BRASIL. Lei nº. 136, de 14 de dezembro de 1935. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0136.htm#:~:text=LEI%20No%20136%2C%20DE%2014%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201935.&text=Modifica%20varios%20dispositivos%20da%20Lei,dos%20Estados%20Unidos%20do%20Brasil Acesso em 16/04/2021.

Capítulo 2: Pernambuco e o Brasil

Henrique Accioly Lins trabalhou por 21 anos na *Great Western of Brazil Rail*. Ao longo dos anos 1930, desempenhou as funções de secretário, tesoureiro, vice-presidente e conselheiro da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *GWB*. A ferrovia de capital inglesa foi fundada em 1881 e instalou a maior parte da linha férrea no nordeste do Brasil, exercendo grande poder econômico na região. A companhia não tinha boa relação com a imprensa e com a sociedade pernambucana, que via nas empresas estrangeiras um símbolo de exploração da mão de obra nacional. Os atritos entre a *GWB* e os empregados também eram constantes e as greves eram combatidas com demissões. Neste capítulo, serão abordados Pernambuco nos anos 1930, as ferrovias pernambucanas, a história da *GWB*, o movimento operário e a legislação trabalhista, fatores importantes para a compreensão de quem foi Henrique Accioly Lins e o contexto em que estava inserido.

2.1 – Pernambuco nos 1930

Em 1930 Pernambuco era o centro político e econômico do nordeste, exercendo forte influência sobre estados vizinhos como Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. No entanto, o estado já não gozava de tanto prestígio em âmbito nacional como nos tempos do domínio português.

O declínio econômico começou no início do século XIX, quando a crescente competição dos cultivadores estrangeiros fez baixar o preço do açúcar no mercado internacional e cortou o valor das exportações do nordeste pela metade. Ao mesmo tempo, descobria-se ouro em Minas Gerais, e o centro do crescimento dinâmico da economia começou a deslocar-se para o Sul. (LEVINE, 1980: 57)

A população de três milhões de habitantes nos anos de 1930 concentrava-se na capital Recife e a economia girava em torno da produção de cana-de-açúcar, cultivada na zona da mata litorânea. A criação da ANL foi recebida com exaltação pelos recifenses, recebendo a adesão de muitos adeptos. Da mesma forma, o PCB atraiu inúmeros filiados em Recife, tornando-se "o centro das atividades comunistas de toda região". (VIANNA, 2007: 288b) A quantidade de militantes fez com que o partido tomasse a

decisão de criar na capital pernambucana um Secretariado do Nordeste, em julho de 1935.

As ruas movimentadas e violentas da capital estavam tomadas por imigrantes em busca de melhores oportunidades. Esse crescimento demográfico está intimamente ligado à substituição dos engenhos pelas usinas na zona da mata. Com a mudança no modelo de produção de açúcar, as refinarias passaram a acumular as melhores terras da região para o cultivo do produto, expulsando os grileiros que viviam nesses locais. (LEVINE, 1980: 45)

O comércio e a vida social eram fortemente influenciados pelos costumes dos estrangeiros que residiam na capital, sobretudo os ingleses que haviam implementado sistemas de água, esgoto, iluminação, transporte urbano e fundado o primeiro banco do Recife, além de controlar grande parte das exportações de açúcar.

Os filhos das elites de todo o estado iam para a capital estudar na Faculdade de Direito, e a Escola do Recife criava um importante movimento intelectual regionalista encabeçado por Gilberto Freyre.

A ascensão de Vargas pouco mudou a realidade do estado. Na área econômica, os produtores de açúcar continuavam estrangulados pelos impostos e preços internacionais e pressionavam o governo por subsídios e linhas de crédito para tentar tornar seus artigos competitivos no mercado interno e externo.

Os seus continuados apelos de socorro federal para a indústria do açúcar levaram finalmente à criação, ordenada por Vargas, do Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.) em 1933, organismo regulador patrocinado pelo governo e dotado de poderes para estabelecer quotas e proporcionar assistência técnica, que ofereceu algum alívio aos produtores nordestinos, mas que equivalia tão-somente a uma pequena parte da ajuda fornecida aos cafeicultores no Sul. (LEVINE, 1982: 128)

Para interventor do estado foi nomeado o advogado Carlos de Lima Cavalcanti. Cavalcanti apoiou a Aliança Liberal na disputa presidencial contra Júlio Prestes e, após a derrota, foi um dos principais articuladores do movimento revolucionário de 1930, tendo integrado o grupo dos chamados “tenentes civis”. (PANDOLFI, 2007: 17) Sua simpatia pelo tenentismo vinha de longa data. Em 1922, apoiou a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República contra Artur Bernardes e em 1927, junto com o

irmão, fundou os jornais *Diário da Manhã* e *Diário da Tarde*, periódicos que defendiam as causas tenentistas e criticavam as oligarquias tradicionais.

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932 enviou cerca de seis mil homens em auxílio ao governo federal no combate aos rebeldes paulistas. Nos anos seguintes, manteve-se como aliado de primeira ordem de Vargas. Em abril de 1935, eleger-se governador de Pernambuco, em eleição indireta, conforme previsto na Constituição de 1934. Este período marca o início de seu afastamento de Vargas e do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Agamenon Magalhães, seu conterrâneo e antigo aliado político.

Quando a revolta comunista estourou em Recife, Cavalcanti estava na Europa. Em seu retorno afastou do secretariado todos os supostos envolvidos com o movimento, o que não o blindou de ataques políticos de opositores, incluindo Magalhães, que o acusaram de conivência com os comunistas. Os levantes deram o pretexto necessário para Vargas ampliar a repressão e perseguir governadores que faziam oposição à sua continuidade no Catete.

Em meados de 1936, Vargas, através do ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, realizou uma sondagem junto aos governadores de Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, os mais fortes da Federação. À exceção de Benedito Valadares, governador de Minas, todos os demais se posicionaram contra a prorrogação do mandato. Diante da recusa, aqueles governadores, até então aliados de Vargas, passaram a ser tratados como inimigos. Para dar prosseguimento às suas manobras continuístas, Vargas buscou desarticulá-los e a ameaça de intervenção federal passou a ser constantemente acionada. (PANDOLFI, 2004: 185)

Após o golpe do Estado Novo, Cavalcanti foi destituído do cargo de governador de Pernambuco, sendo substituído por Agamenon Magalhães, que comandaria o estado até março de 1945.

2.2 – As ferrovias pernambucanas

Parte da relevância que Pernambuco manteve ao longo do século XX deve-se ao porto de Recife, principal ponto de embarque e escoamento de produtos nordestinos para a exportação, e de sua malha férrea, que se estendia até o interior do estado.

A lógica geral do modelo de ocupação do território pernambucano, assim como na maior parte do país, parte de uma premissa externa. Ou seja, a estrutura geral da organização territorial historicamente articulou-se no sentido de viabilizar a produção de produtos primários destinados à exportação. Portanto, o porto do Recife e as ferrovias pernambucanas foram infraestruturas de transportes implantadas no sentido de viabilizar/fortalecer as exportações, sobretudo do açúcar, e mais tarde também do algodão, destinado ao mercado europeu. (CAVALCANTI, 2015: 49)

A malha ferroviária foi inaugurada na província em 1858 com um trecho de 31,5 quilômetros, que ligava Recife à Vila do Cabo, atual Cabo de Santo Agostinho. Pernambuco foi a segunda província do Brasil a contar com o transporte de trens e locomotivas. Entre os fatores que contribuíram para esse vanguardismo está a legislação de incentivo à criação de estradas de ferro no país e a influência da comunidade inglesa em Pernambuco. (CAVALCANTI, 2015: 56)

Em 26 de junho de 1852 foi promulgada o decreto nº 641⁵, que concedia às empresas o direito à construção de ferrovias no Brasil. A norma garantia à companhia interessada no empreendimento a concessão de até 90 anos na exploração da ferrovia, direito a desapropriar terrenos particulares, subsídios para importação e o "juro até cinco por cento do capital empregado na construção do caminho de ferro", entre outras vantagens. Arelados aos cinco por cento oferecidos pelo Império, alguns governos provinciais, como o da Bahia e Pernambuco, acresceram dois por cento ao montante. Com a garantia de sete por cento de lucro sobre o investimento feito, a comunidade inglesa pernambucana, que já havia acumulado experiência na concessão de serviços públicos na capital, viu nas ferrovias novas oportunidades de negócios.

Assim, a primeira ferrovia pernambucana começou a ser construída em 1855 pela companhia inglesa *Recife e São Francisco Railway Company S.A.* O objetivo era conectar Recife às margens do rio São Francisco, passando pelos povoados de Água Preta e Garanhuns, já no agreste pernambucano. Mas uma epidemia de cólera e a dificuldade em importar mão de obra especializada fez com que a inauguração do primeiro trecho atrasasse, sendo concretizada somente três anos após o lançamento da pedra fundamental, em 8 de fevereiro de 1858. (BORGES, 2014 :30-31)

⁵ Ver BRASIL. Decreto nº 641. 1852. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-641-26-junho-1852-558790-publicacaooriginal-80365-pl.html> Acesso em: 02/04/2021

Mas a estrada de ferro, que chegou a registrar a presença do imperador Dom Pedro II em uma viagem em 1859, não manteve as previsões de sucesso. Onze anos após o início dos trabalhos, a *Recife e São Francisco Railway Company S.A.* paralisou as obras de extensão da malha, alcançando apenas 125 quilômetros, chegando até Una, atual cidade de Palmares. A concessão da empresa foi cassada e o governo decidiu retomar a construção em 1882, estendendo os trilhos até Garanhuns. O objetivo de chegar ao rio São Francisco nunca foi alcançado e em 1901, após assumir o controle de diversas ferrovias inglesas nos estados do nordeste brasileiro, o governo central decidiu unificar a administração da malha. A empresa vencedora da concorrência pública foi a *The Great Western of Brazil Railway Company Limited*. O contrato de arrendamento deu direito à empresa explorar as linhas da *Recife to São Francisco Railway*, *Conde d'Eu Railway*, *Alagoas Railway* e *Natal a Nova Cruz Railway*, além das estradas de ferro Sul e Central de Pernambuco, que pertenciam ao governo do estado. O monopólio na região duraria até 1950.

2.3 – A *GWB*

A *Great Western of Brazil Railway Company Limited* foi criada em 1872 por empresários ingleses com experiência no setor de transportes. Esses investidores eram os proprietários da *Great Western Railway Company*, fundada em 1835, na Inglaterra, para conectar a capital Londres às cidades de Liverpool e Bristol, no oeste do país. Em 1875 a *GWB* conseguiu o direito a construir e explorar a estrada de ferro que ligaria Limoeiro, no agreste pernambucano, ao Recife.

As obras do trecho Recife-Limoeiro iniciaram-se em 1879, concluindo-se dois anos depois com 96 quilômetros de extensão e grande capacidade para transporte de produtos e passageiros.

Essa via férrea era responsável pelo transporte de bens exportáveis como açúcar e algodão e aqueles voltados para o consumo interno como animais e cereais, com o transporte de mercadorias respondendo por cerca de 70% de sua receita nas décadas de 1880 e 1890. O fluxo de passageiros também era uma fonte importante de re-

ceita para ferrovias, chegando a alcançar 30% da receita em certos períodos. (SIQUEIRA, 2002: 180-181)

De forma geral, a *GWB* alcançou resultados financeiros positivos nas décadas seguintes, mantendo grande movimentação no tráfego de passageiros e mercadorias e constante expansão de sua operação pela hinterlândia nordestina, principalmente após 1901, quando passou a controlar todas as ferrovias entre o Rio Grande do Norte e Alagoas.

Em 1911, a companhia administrava 12 estradas de ferro no nordeste, sendo que apenas quatro ficavam em Pernambuco. As oscilações nas receitas registradas no período foram motivadas pela variação na produção e exportação de cana-de-açúcar e de algodão. A defasagem no reajuste das tarifas ferroviárias também influenciou o balanço da companhia, que constantemente pressionava o governo para receber autorização de aumentar os preços dos serviços.

No entanto, a imponente empresa inglesa chegou "à beira da falência" em 1919 com os impactos econômicos causados pela Primeira Guerra Mundial. (LEVINE, 1980: 79) Impedida de importar equipamentos e peças da Europa, a *GWB* não conseguiu manter os números lucrativos de outros tempos, apesar de ainda manter o monopólio do transporte comercial da região. Em 1920, diante da forte crise, a empresa renegociou o contrato com o governo federal, se comprometendo a repassar 4,5% do seu lucro anual bruto à União. Em contrapartida, teria acesso a subsídios para investir em infraestrutura e o direito de aumentar as tarifas. Com os novos termos firmados, a *GWB* ampliou a taxa em 70%. A medida gerou protestos, principalmente dos produtores de açúcar, que dependiam quase exclusivamente do transporte ferroviário para o escoamento da mercadoria.

Os anos de 1930 foram de recuperação. Diante de uma nova política ferroviária da União, que promoveu desde a renegociação de dívidas até o abatimento nos custos para importação de carvão, a companhia conseguiu reverter os prejuízos da década anterior. Em 1937, a *GWB* geria 1.758.186 quilômetros de trilhos por onde rodavam 161 locomotivas, 202 carros e 1.121 vagões. (SIQUEIRA, 2002: 211)

Mas a chegada da Segunda Guerra Mundial assolou novamente os cofres da empresa e em 1948 a companhia inglesa decidiu antecipar o término da concessão. A histó-

ria da *GWB* teve seu capítulo final em 1950, quando a empresa transferiu suas linhas para a recém-criada Rede Ferroviária do Nordeste.

2.4 – O movimento operário e a legislação trabalhista

No Brasil, o surgimento do movimento operário comumente é associado ao início da industrialização do país e à substituição do trabalho escravo pelos empregados assalariados, por volta de 1880. De mesmo modo, a chegada de imigrantes europeus também foi apontada por muito tempo como um marco no processo de conscientização dos trabalhadores principalmente do sudeste e sul brasileiros. Apesar de as dimensões dessas percepções já terem sido reajustadas pela historiografia, esses fatores foram determinantes para articulação dos operários durante a Primeira República. Influenciados pelo anarquismo europeu, os movimentos grevistas organizaram diversas paralisações ao longo da primeira metade do século XX pleiteando direitos e melhores condições de trabalho. (SCHWARCZ; STARLING, 2018: 335-336)

Na década de 1920, as ideias comunistas foram gradualmente ganhando espaço dentro dos sindicatos, federações e organizações de trabalhadores. Impulsionado pela Revolução Russa de 1917 e pela fundação do PCB, em 1922, o comunismo conquistou adeptos juntos aos trabalhadores, que projetavam na ideologia a possibilidade de reconhecimento de suas demandas.

A partir de 1930 a experiência do movimento operário foi substancialmente alterada pelo novo governo instaurado. Se por um lado Vargas promoveu a regulamentação de uma série de benefícios como a jornada de trabalho de oito horas no comércio e indústria, a criação da carteira de trabalho e o direito a pensões e aposentadorias, por outro lado o estabelecimento de uma legislação sindical retirou a autonomia dos sindicatos e aumentou o controle do Estado sobre trabalhadores e patrões. O modelo de sindicato único, adotado a partir da promulgação do decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931⁶, estabeleceu o reconhecimento de apenas um sindicato por categoria. Apesar de não ser

⁶ Ver BRASIL. Lei dos Sindicatos. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 02/04/2021.

compulsória, a sindicalização passou a ser o único meio de acesso aos benefícios. As medidas centralizadoras não agradaram trabalhadores e empregadores de imediato, mas as resistências foram sendo superadas aos poucos ao passo que o projeto de "estrutura sindical corporativista" de Vargas foi se fortalecendo. (PANDOLFI, 2007: 19-20)

Apesar dos avanços sociais relacionados às condições dos trabalhadores, o direito à greve não foi contemplado pela nova legislação. Mesmo com o tema sendo debatido durante a constituinte, o direito à paralisação dos serviços não foi reconhecido na Constituição de 1934. Também datam do período a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que passou a centralizar todos os assuntos relativos ao trabalho, e das Juntas de Conciliação e Julgamento (1932), com caráter judicial e responsáveis por analisar conflitos trabalhistas.

2.5 – Trabalhadores pernambucanos e a *GWB*

Em Pernambuco, as primeiras paralisações de trabalhadores reivindicando melhores condições laborais remetem a 1890, com manifestações de operários de fábricas têxteis. (LEVINE, 1980: 217) Em 1900 foi criado o Centro Protetor dos Operários em Pernambuco e o jornal *Aurora Social*, de orientação socialista. Mas esses podem ser considerados fatos isolados no processo de tomada de consciência dos trabalhadores pernambucanos no período.

Havia poucos imigrantes da classe operária, e nenhum grupo social bastante coerente em cujo seio semear as sementes do socialismo ou do anarco-sindicalismo, ideologias que tomavam raiz no Sul. Faltava ao estado um proletariado industrial concentrado, uma vez que as usinas eram distribuídas por toda Zona da Mata; e os estudantes universitários tendiam para o conservatismo – nem mesmo o Abolicionismo florescera na Faculdade de Direito do Recife na década de 1880. (LEVINE, 1980: 232)

Se a organização de operários que trabalhavam nas usinas de cana-de-açúcar era prejudicada por questões geográficas, enroladores de cigarros, carregadores de açúcar em armazéns, estivadores e operários de transportes conseguiram maior efetividade em suas mobilizações, criando associações sediadas em Recife.

Nos anos 1930, com a nova legislação trabalhista em vigor, o interventor Lima Cavalcanti aumentou a censura aos jornais nas coberturas das greves. Com o controle quase absoluto dos sindicatos pelo Estado, o movimento grevista concentrou suas atividades na fábrica de tecidos *Lundgren* e nas companhias inglesas *Pernambuco Tramways & Power Company Limited* e na *GWB*.

Proporcionalmente à magnitude da *GWB* em Pernambuco foi a ação de seus empregados que estiveram à frente de diversas greves entre 1908 e 1935. A pesada repressão do Estado e a cobertura da imprensa que atacava empresas estrangeiras angariou a simpatia dos populares às causas dos ferroviários. Segundo Levine, os funcionários ingleses agiam com superioridade e colaboravam frequentemente com a polícia, chegando a facilitar a infiltração de agentes repressores no sindicato de trabalhadores da *GWB*. A crescente insatisfação de populares contra empresas estrangeiras era inflamada pelos jornais locais, que retratavam os empregados britânicos como bebedores e desordeiros. Nem o diretor inglês da companhia escapava das críticas dos periódicos, recebendo do *O Pernambuco* a alcunha de "o ditador britânico da *Great Western*". (LEVINE, 1980: 80)

Ainda de acordo com o autor, a *GWB* ignorava os apelos por aumento de salários e redução da jornada de trabalho, adotando a demissão indiscriminada como punição padrão contra empregados que aderiam às greves. Em 1933, o sindicato dos trabalhadores da *GWB* contava com 4.682 filiados, sendo que 3.500 eram residentes em Pernambuco. (LEVINE, 1980: 218)

No começo de novembro de 1935, na iminência dos levantes, os ferroviários da *GWB* cruzaram os braços e as ferrovias da companhia em todo o nordeste tiveram as atividades paralisadas. O movimento grevista foi especialmente acentuado em Pernambuco, onde trilhos foram arrancados na região de Floresta dos Leões, atual Carpina. Em outro trecho, os ferroviários interromperam o tráfego colocando mulheres e crianças deitadas nos trilhos (VIANNA, 2007: 290-292b) Na ocasião os grevistas conseguiram aumento de 30% nos vencimentos.

Das 415 pessoas indiciadas em Pernambuco por envolvimento na tentativa revolucionária de 1935, oito pertenciam à célula do PCB na *GWB* e cinco eram ferroviários. (VIANNA, 2007: 313b) Um deles era Henrique Accioly Lins da Silva.

Capítulo 3: Henrique Accioly Lins da Silva

Henrique Accioly Lins da Silva nasceu em 15 de março de 1897, no povoado de Ribeirão, município de Gameleira, cerca de 100 quilômetros de Recife. Era casado e sem filhos. Tinha a pele branca, os olhos esverdeados, cabelo castanho crespo e 1,66 de altura. Filho de José Ignacio da Silva e Candida Accioly Lins da Silva, Henrique foi contratado pela *GWB* em treze de novembro de 1914, quando morava no bairro de Tegipió, na capital pernambucana. Ao longo dos anos 1930, desempenhou diversas funções na Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *GWB* e foi apontado como um dos principais articuladores das greves promovidas pelos ferroviários da companhia. No último capítulo desta análise, narraremos sobre o perfil e as vivências de Henrique Accioly Lins enquanto ferroviário e agente político, a partir dos documentos do Dops, CNT e TSN.

3.1 – O ferroviário

Aos 17 anos, Henrique Accioly Lins foi contratado provisoriamente pela *Great Western of Brasil* para substituir um condutor por dois dias. Após o curto período de teste, foi admitido definitivamente para a função. Os primeiros anos de firma não foram promissores. Sua ficha revela um jovem relapso com registros de 10 multas até 1921. Entre as causas das penalidades estão a demora na entrega de remessa de mapas, esquecimento das chaves do desvio da ferrovia em outra cidade, falhas no controle de carroças e trens, erros na entrega do livro do ponto e até extravio de um farol. A dívida só foi liquidada em 1929, quando deixou o cargo de condutor para se tornar escriturário de 3ª classe. No ano seguinte foi promovido a escriturário de 2ª classe.⁷

1931 é um ano importante na história de Henrique Accioly Lins. Ele ocupava a função de vice-presidente da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *GWB*, entidade dedicada ao auxílio financeiro de empregados e seus dependentes, vítimas de doença ou morte, incluindo gastos com enterros.⁸ O presidente da associação era Symphronio José

⁷ Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 4.167. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4167-1936> Acesso em 28/04/2021

⁸ Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *GWB*. Disponível em:

da Silva, caldeiro da *GWB*, preso em 10 de agosto do mesmo ano como medida de repressão ao comunismo durante uma greve dos ferroviários. Em sua ficha no Dops, consta que o caldeiro sabia ler e escrever, era filiado ao PCB e organizador da célula 27 P. Nove Dias após a prisão de Symphronio, a *GWB* decidiu transferir Henrique Accioly Lins para João Pessoa, na Paraíba. O escriturário tentou alterar o destino solicitando sua transferência para Maceió, em Alagoas, mas a decisão foi mantida e em setembro de 1931 Accioly seguiu para a capital paraibana. Não é possível estabelecer uma relação direta entre a detenção do presidente da Sociedade Beneficente e a transferência de Henrique Accioly Lins, mas no ano seguinte uma nova prisão de Symphronio colocaria o escriturário de vez na mira das autoridades locais.⁹

Em sete de abril de 1932 Symphronio foi novamente preso por "agitar os seus companheiros de ideias extremistas, para perturbar a ordem pública no dia 1º de maio". Após cinco dias de cárcere, o caldeiro assinou uma declaração afirmando deixar de ter "compromisso ou responsabilidade com relação a proposta de adesão do Partido Comunista do Brasil" e completa que tal termo de filiação lhe foi entregue pelo "agitador comunista Henrique Acioli Lins". A declaração foi datilografada e o nome de Henrique Accioly Lins foi escrito à mão, com uma caligrafia que difere bastante da apresentada por Symphronio na assinatura do documento.

Esse foi o primeiro registro de Henrique Accioly Lins encontrado nos arquivos do Dops e não demorou para que o cerco das forças de repressão começasse a se fechar em torno do escriturário. No dia oito de julho de 1932, investigadores foram até a residência Henrique Accioly na rua Falcão de Lacerda, em Tegipió. Os policiais foram informados que ele havia sido transferido para Paraíba e que apenas sua esposa havia ficado em Pernambuco, na casa de um irmão na mesma rua. As informações constam em uma nota escrita à mão e endereçada ao Chefe da Seção de Ordem Política e Social assinada pelo "investigador 23". Em outubro do mesmo ano o escriturário deixou a Paraíba e retornou para Recife, para trabalhar na inspetoria da empresa.¹⁰

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/00116/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_00116_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

⁹ Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Symphronio José da Silva. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00120/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00120_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

¹⁰ Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Henrique Accioly Lins. Disponível em:

A primeira detenção de Henrique Accioly Lins ocorreu em janeiro de 1933 por motivo de ordem pública. Ele foi caracterizado pelo Dops como "agitador comunista" pertencente à célula comunista 18 P da *GWB*. De acordo com o documento, o escriturário desempenhou "papel saliente" em uma greve dos ferroviários organizada naquele ano. Em sua casa foram encontrados os livros *Os ex-homens*, do escritor russo comunista Máximo Gorki, e *Aspectos da educação soviética*, de S.T. Chatsky e A. P. Pinkevick, além de boletins comunistas como o *1º do Socorro Vermelho* e um folheto intitulado *Luiz Carlos Prestes, sua passagem pela Escola Militar*. No mesmo dia, ele foi "aconselhado" e colocado em liberdade.

O ano de 1934 foi marcado por uma atuação, ou pelo menos tentativa de atuação, em uma esfera institucional de vida política que ultrapassava as atividades da Sociedade Beneficente. Em setembro, o ferroviário assinou o pedido de registro do PCB enviado ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e também se filiou à Ação Pernambucana Contra o Fascismo, organização ligada ao PCB. Em outubro, candidatou-se, juntamente com outros empregados da *GWB*, a vereador de Jaboatão sob a legenda *Trabalhador: ocupa teu posto*, mas não conseguiu votos suficientes para ocupar uma cadeira na Câmara Municipal. Durante o biênio 1934-1935 ele foi eleito vice-tesoureiro da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *GWB*.¹¹

Em 1935, os investigadores do Dops continuaram atentos à movimentação do escriturário. Em fevereiro, um agente à paisana que acompanhava uma reunião do sindicato registrou que diante de poucos presentes e desconfiando da presença da polícia a sessão foi suspensa e os organizadores decidiram continuar o encontro na casa de Henrique Accioly Lins. Esse foi o último registro feito pela Delegacia de Ordem Pública e Social no prontuário do ferroviário antes da insurreição. Em novembro daquele ano, a tentativa revolucionária seria violentamente controlada pelas forças legalistas e Henrique Accioly Lins ficaria desaparecido por mais de um ano.

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00919/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00919_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

¹¹ Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Carlos Salustiano de Souza. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/04865/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_04865_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

3.2 – O processo do CNT

Logo após a revolta ter sido controlada em Recife, Henrique Accioly Lins não compareceu mais ao trabalho, no escritório central da *GWB*. Seu último expediente foi no sábado, dia 23 de novembro de 1935, quando a revolta eclodiu em Natal. No domingo, dia 24, Recife foi sublevada. Na segunda e terça-feira, dias 25 e 26, as instalações da ferrovia não abriram devido ao clima ainda de tensão na capital pernambucana, só retomando as atividades na quarta-feira, dia 27, quando a situação já havia sido controlada pelas forças legalistas. Na quinta-feira, dia 28, o escriturário foi à *GWB* com uma carta dirigida ao chefe do tráfego requerendo 5 dias de licença, alegando sofrer de “moléstia”, mas sem apresentar atestado médico. Em 9 de dezembro e em 27 de janeiro de 1936, o ferroviário apresentou outros dois requerimentos acompanhados de atestados médicos, mas todos os pedidos foram negados.¹²

Essas informações constam nos depoimentos de empregados da *GWB* dados à Comissão de Inquérito Administrativo formada pela empresa para apurar o abandono de emprego por parte do escriturário, em 9 de janeiro de 1936. O processo cumpria os termos estabelecidos pelo artigo 53, do Decreto nº. 21.081, de 24 de fevereiro de 1932.¹³ De acordo com o dispositivo, os empregados com mais de 10 anos de serviço prestados na mesma empresa só poderiam ser demitidos em caso de falta grave. A irregularidade deveria ser apurada por uma comissão formada pela empresa ouvindo o acusado pessoalmente ou representado por um advogado. A norma ainda determinava que a demissão só poderia ser confirmada com aval do Conselho Nacional do Trabalho. Pelo tempo de serviço prestado à *GWB*, Henrique Accioly tinha direito à estabilidade prevista na lei e por isso foi objeto do inquérito administrativo.

Em um só dia foram ouvidas cinco testemunhas: dois superiores e três colegas que exerciam a mesma função. O primeiro depoimento foi dado por José Manoel de Queiroz, chefe do escritório de tráfego da *GWB*. Ele declarou que o escriturário era um “conhecido elemento extremista, filiado à Aliança Nacional Libertadora”. Queiroz tam-

¹² Ver BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 4.167. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4167-1936> Acesso em 28/04/2021.

¹³ Ver BRASIL. Decreto nº. 21.081. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21081-24-fevereiro-1932-511792-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=O%20Chefe%20do%20Governo%20Provis%C3%B3rio,que%20a%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20do%20art> Acesso em: 22/04/2021.

bém afirmou que o ferroviário foi visto por empregados da companhia em dias diferentes e que teria comparecido à Caixa de Pensões, na qual exercia a função de conselheiro. O chefe do escritório ainda opinou que o abandono foi motivado pelo receio que Henrique Accioly Lins tinha de ser preso nas instalações da *GWB* pela polícia, que o procurava desde o "movimento extremista" de novembro de 1935.

A segunda testemunha ouvida foi Gratuliano Carvalho dos Santos Vital, escriturário do tráfego. Ele foi designado a comunicar Henrique Accioly Lins que seus pedidos de licença haviam sido indeferidos. Vital relatou que nas duas ocasiões encontrou Henrique Accioly em bom estado de saúde, apesar de o ferroviário lhe dizer que sentia-se doente. Ele voltou mais duas vezes à casa de Accioly para comunicar-lhe da abertura do inquérito administrativo, mas não o encontrou em casa. Nas duas situações a esposa de Henrique Accioly revelou não saber o paradeiro do marido.

Em seguida foi realizada a oitiva do escriturário Argelino de Paula Rocha, que apenas ressaltou que alguns companheiros de trabalho haviam encontrado Henrique Accioly Lins pelas ruas de Recife.

O próximo a ser ouvido foi Avelino Roma da Costa, chefe de seção do tráfego, superior direto de Henrique Accioly Lins. O gestor sustentou que o escriturário tinha "ideias extremistas, ou seja, comunistas," e que o funcionário "nunca ocultou, mesmo em serviço, as suas ideias radicalistas".

A última declaração tomada pela Comissão de Inquérito foi a do escriturário José Gonçalves Cidreira. De acordo com Cidreira, Henrique Accioly Lins era um "militante nas hostes comunistas" e que baseava a afirmação nas manifestações que o escriturário fazia entre seus companheiros de trabalho.

O processo correu à revelia do ferroviário. Editais foram publicados em jornais do Recife intimando Henrique Accioly Lins a comparecer à Comissão de Inquérito, o que nunca ocorreu. No dia 21 de março de 1936, após 118 dias de ausência do empregado, o inquérito administrativo foi concluído com parecer favorável à demissão.

A documentação foi juntada à ficha do ferroviário e enviada ao CNT solicitando autorização para a dispensa. O processo chegou ao CNT em 11 de abril de 1936 e novamente o ferroviário foi notificado a apresentar sua defesa. Diante da negativa, o documento foi encaminhado à procuradoria geral do órgão em 28 de outubro de 1937, um ano e meio depois de ter sido protocolado. Em 22 de dezembro do mesmo ano, o CNT

solicitou informações à *GWB* no sentido de apurar se Henrique Accioly Lins estaria preso. Em janeiro de 1938 a empresa respondeu ao pedido de informações afirmando que Henrique Accioly Lins estava sob custódia e que a demissão já havia sido autorizada pelo ministro do Trabalho em fevereiro de 1936, quase dois anos antes.

3.3 – O julgamento no TSN

Após mais de um ano foragido e sem comparecer ao trabalho, Henrique Accioly Lins foi capturado em 7 de dezembro de 1936. Ele estava escondido na casa de Carlos Romão Nilo, telegrafista da estação central da *GWB*, tesoureiro da Sociedade Beneficente em 1932 e que também foi preso na ocasião. Não foram encontrados registros antecedentes dele nos arquivos do Dops de Pernambuco.¹⁴

De acordo com o processo do Tribunal de Segurança Nacional, Henrique Accioly Lins foi acusado por "testemunhas oculares" de ter pegado em armas durante a tentativa revolucionária em Recife, mas não foi achado nenhum depoimento nos 19 volumes do processo que indiciou o ferroviário citando-o como participante na ação. Pelo contrário, o depoimento de Henrique Camilo da Silva, segundo sargento da Brigada Militar de Pernambuco, inocentou o ferroviário. O militar declarou que viu Henrique Accioly desarmado e à paisana em Jaboatão na tarde de 24 de novembro de 1935 enquanto os rebeldes tomavam a cidade. Na avaliação do sargento, o escriturário estava parado em uma rua aparentando ser um "mero expectador das ocorrências e não um participante". O militar revelou que conhecia Henrique Accioly Lins há muitos anos e que os dois trabalharam juntos na *GWB*. Ele concluiu o depoimento afirmando que o ferroviário fez um aceno e que "não ouviu referência alguma a respeito de seu ex-colega como tendo tomado parte no movimento".¹⁵

¹⁴ Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Henrique Accioly Lins. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00919/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00919_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

¹⁵ Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 10. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_10/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_10_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021

No entanto, alguns depoimentos de funcionários da *GWB* apontaram nominalmente outros empregados da companhia, como Severino Marinho de Carvalho, chefe da estação Lacerda; Demócrito Ramos da Silveira, escriturário da 3ª Divisão; Sebastião Rodrigues de Freitas, guarda freio da 2ª Divisão; João Alfredo de Barros Gibson, escriturário; e Godofredo Severiano de Brito, serralheiro da 4ª Divisão. Destes, Demócrito Ramos da Silveira, Godofredo Severiano de Brito e João Alfredo de Barros Gibson já haviam sido dirigentes da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *GWB*. Este último, era o dono da residência onde Henrique foi preso pela primeira vez, em 1933.

Assim que foi preso, Accioly foi recolhido para o Presídio Especial de Recife. Em março de 1938, ele apresentou um requerimento, à próprio punho, solicitando liberdade condicional, alegando ser um preso político sem culpa formada e que solto poderia orientar melhor sua defesa. O pedido foi negado.¹⁶

O ferroviário começou a ser representado pelo advogado Milton Malta Maranhão, que também fazia a defesa de outros implicados no mesmo processo. Em sua defesa própria, também escrita à mão, Henrique Accioly Lins sustentou sua inocência. Afirmou que foi preso simplesmente porque encontrava-se em Jaboatão no dia da insurreição e que era de praxe ir ao local aos domingos para fazer feira. Disse ter sido surpreendido pelo acontecimento, justamente por ser um domingo e ressaltou que o depoimento dado pelo sargento Henrique Camilo da Silva foi prestado na qualidade de testemunha de acusação, o que corroboraria sua inocência. No documento, ele destaca que a polícia de Pernambuco agiu de modo "injusto e atrabiliário", instaurando "um verdadeiro regime de terror durante o Estado de Guerra, que se prolongou até 16 de junho de 1937". Por fim, o ferroviário salientou não ser comunista nem participar de "organizações extremistas" e que indicaria testemunhas de defesa que validariam sua versão dos fatos.¹⁷

Para testemunhas de defesa, foram indicados três empregados da *GWB*. Tibiriçá de Moraes Sarmiento, declarou que Henrique Accioly era casado, bom funcionário, chefe

¹⁶ Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 8. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_08/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_08_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

¹⁷ Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 9. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_09/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_09_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

de família e cidadão e que o ferroviário tinha costume de ir à Jaboatão fazer feira aos domingos.¹⁸

Antonio Ferreira Pinto destacou que conhecia o escriturário há mais de 20 anos e que nunca haviam conversado sobre política. De acordo com a testemunha, Henrique Accioly dedicava-se a desenvolver a Caixa de Pensões da *GWB* e a companhia não cumpria suas obrigações com a organização, deixando de realizar depósitos. A situação teria provocado cizânias entre o ferroviário e os diretores da empresa. Ele ainda afirmou que no dia anterior à revolta, os dois haviam combinado de irem juntos à Jaboatão para fazerem a feira no local por ser mais barato. No entanto, Antonio desistiu do acordo para ir a uma caçada e que ao voltar para casa ficou sabendo da insurreição. Ele trocou de roupa e foi até a casa de Henrique Accioly, onde os dois ficaram conversando até à noite. No encontro, o ferroviário contou que teve que dar "uma grande volta a pé" por conta da rebelião ao regressar para casa. No dia seguinte Antonio retornou à casa do escriturário, onde permaneceu durante todo o dia conversando sobre os acontecimentos do dia anterior. Ele opinou que as acusações feitas contra Henrique Accioly Lins e outros colegas de trabalho teria partido da administração da *GWB*. Antonio ainda confirmou que ouviu dizer que policiais haviam espancado Henrique Accioly e outros ferroviários da companhia para conseguir confissões falsas.

O último depoimento foi de Artur Pinheiro da Silva, condutor aposentado da *GWB*. Ele declarou que a "conduta moral e cívica" do escriturário era boa. Artur contou que esteve com o ferroviário no dia da insurreição na estação em Jaboatão e que Henrique Accioly queixava-se de não conseguir voltar para casa porque o tráfego havia sido interrompido. Durante todo o tempo, o ferroviário estava desarmado e com comportamento pacífico, aguardando a condução para Tegipió. Ele também atribuiu a prisão do escriturário à pressão que o mesmo vinha fazendo na qualidade de conselheiro da Caixa de Pensões à administração da *GWB*, que estava em atraso com os repasses ao fundo.

Com os depoimentos colhidos, a procuradoria apresentou a acusação. A procuradoria defendeu que a atuação do PCB na preparação do movimento junto aos trabalhadores foi exercida por alguns dos acusados, entre eles Henrique Accioly Lins, quali-

¹⁸ Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_12_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

ficado como agitador comunista. A denúncia reconheceu que as testemunhas de acusação não se referiram a ele diretamente, mas no inquérito ficou provada sua simpatia ao PCB por ter assinado o pedido de registro do "partido extremista". Os prontuários apresentados pelo Dops também foram apontados como provas das "atividades comunistas" do ferroviário.¹⁹

A defesa alegou que o escriturário foi vítima de uma armação dos dirigentes da *GWB* incomodados com sua atuação como conselheiro na Caixa de Pensões. De acordo com o advogado, a empresa não depositava os valores há 40 anos e que Henrique Accioly Lins foi o líder da campanha que obrigou a companhia a realizar os pagamentos atrasados. Ressaltou suas qualidades como esposo e trabalhador e reforçou que não havia nenhuma referência ao ferroviário no inquérito policial ou em depoimentos de testemunhas, tão pouco confissão. Os argumentos não foram suficientes. No dia 23 de agosto de 1938, Henrique Accioly Lins foi condenado a cinco anos de reclusão.

3.4 – Os anos pós-condenação

Em abril de 1939 o ferroviário foi transferido do Presídio Especial de Recife para o presídio de Fernando de Noronha e em fevereiro de 1941 foi transferido para o Rio de Janeiro, onde cumpriria o resto da pena na Casa de Correção²⁰. Em junho desse ano, o agora ex-escriturário solicitou livramento condicional por já ter cumprido dois terços da pena e por ter mantido bom comportamento por todas unidades prisionais por onde passou, mas o pedido foi negado.

O habeas corpus definitivo só foi concedido em setembro, com a condição de que ficaria sob vigilância, proibido de morar fora do Distrito Federal, obrigado a arrumar "meio de vida honesta e útil", além de abster-se de atividades políticas ou ideológicas.

¹⁹ Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 14. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_14/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_14_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021

²⁰ O Presídio Especial de Recife foi o local onde ficaram recolhidos os presos políticos que tiveram envolvimento com a Intentona Comunista. Até 1935, a cadeia era chamada de Casa de Detenção e abrigava criminosos que praticaram os mais diversos delitos. Com o aumento da repressão varguista, os presos políticos passaram a ser transferidos para Fernando de Noronha. Durante a Segunda Guerra Mundial o arquipélago de Fernando de Noronha foi transformado em base militar e muitos presos foram transferidos para o Rio de Janeiro, como ocorreu com o ferroviário.

cas. Ele foi colocado em liberdade no dia 8 de outubro de 1941, informando às autoridades que moraria na rua Pereira Araujo, no Irajá.²¹

O último paradeiro registrado nos arquivos analisados dá conta de que Henrique Accioly Lins morava em São Luís, no Maranhão, e trabalhava no Serviço de Proteção ao Índio. A informação consta num telegrama de 23 de julho de 1947 enviado pelo titular da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão à Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco solicitando informações sobre o ex-ferroviário. Henrique Accioly Lins tinha 50 anos.

²¹ Ver BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 18. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_18/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_18_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021

Considerações finais

A partir dos anos de 1930, o Brasil apresentou diversos avanços no que diz respeito à legislação trabalhista, mas fica evidente que essas conquistas eram reivindicações antigas dos trabalhadores e operários. O ambiente político era instável com a disputa de grupos distintos que haviam apoiado a Aliança Liberal por mais espaço no poder. Ao mesmo tempo em que essas forças se realocavam, Pernambuco perdeu relevância em âmbito nacional, apesar de manter-se como maior potência econômica e política do nordeste brasileiro.

Outro aspecto relevante foi constatar que entre disputas políticas em prol de um modelo de Estado, Vargas providenciou um arcabouço jurídico centralizador e intervencionista e a burocracia foi se moldando ao longo dos anos para legitimar o endurecimento do regime. Essa tendência pode ser observada na lei nº. 136, de 1935, promulgada 20 dias após a rebelião dos comunistas, licenciando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a autorizar a demissão de empregados acusados de crime contra a ordem política e social. O dispositivo tirou das mãos do CNT, por exemplo, a decisão de autorizar a demissão de empregados com estabilidade acusados de falta grave. No caso estudado, a demissão do ferroviário poderia ter sido postergada por dois anos, tempo de tramitação do inquérito administrativo da *GWB* no CNT, mas foi antecipada por decisão do Poder Executivo.

Interessante também observar como uma empresa exerceu tamanha influência dentro de uma comunidade e como os empregados desta mesma companhia foram protagonistas de um período histórico. Nos documentos analisados fica nítida a autoridade da *GWB* e o valor social do trabalho na sociedade pernambucana. Diversos empregados da companhia inglesa foram ouvidos pelo TSN, fichas de empregados foram enviadas ao tribunal, o Dops mantinha um prontuário exclusivo para a Sociedade Beneficente de Ferroviários da *GWB* e vigiava suas atividades de perto. A própria estratégia do advogado para assegurar os direitos do réu Henrique Accioly Lins em convocar como testemunhas de defesa apenas empregados da ferrovia demonstra a relevância da *Great Western of Brazil* naquele contexto.

Vale salientar os termos e argumentos recorrentes utilizados nos documentos para caracterizar esses empregados, como "extremistas" e "radicalistas", frutos das tendências anticomunistas do período.

Ao longo da pesquisa, ficou perceptível as inúmeras possibilidades que a micro-história apresenta. As vivências de um personagem podem evidenciar na prática como os processos de tomadas de decisão política interferem na vida de indivíduos comuns. Para além da exemplificação, essa humanização da história nos permite ter outra perspectiva sobre o impacto das ideias e ações na sociedade, como o autoritarismo por exemplo.

Trabalhar com três *corpus documental* e fazer o cruzamento desses dados foi estimulante. A cada descoberta, conferência de informações, evidências, uma nova possibilidade se criava. Diante dessas referências, acredito que a pesquisa pode ser aprofundada, utilizando, inclusive, a mesma documentação. No ofício encaminhado à empresa, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio autorizou a demissão de outros seis funcionários “acusados de comunistas”, além da de Henrique Accioly Lins. Essa informação é importante porque mostra que a empresa estava empenhada em desligar todos os empregados suspeitos de envolvimento com os comunistas, independentemente de terem optado por pegarem em armas.

O caminho que me parece mais intrigante e inovador seria analisar outros processos da *GWB* que tramitaram no CNT na década de 1930 para verificar como a empresa tratou de empregados suspeitos de serem comunistas antes e depois da tentativa revolucionária. Também é possível dedicar-se à colaboração e relação da companhia com o TSN e com o Dops durante o período. Para complementar esses estudos, uma pesquisa em jornais locais da época pode ser interessante no sentido de analisar como a *GWB* e o movimento grevista de ferroviários era tratado pela imprensa pernambucana.

Referências bibliográficas

Fontes

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Symphronio José da Silva. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00120/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00120_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Henrique Accioly Lins. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/00919/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_00919_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da *GWB*. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/00116/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_00116_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de Carlos Salustiano de Souza. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/04865/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_04865_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 8. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_08/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_08_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 9. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_09/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_09_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 10. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_10/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_10_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 12. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_12/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_12_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 14. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_14/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_14_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 15. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_15/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_15_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 17. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_17/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_17_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações. Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 18. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_18/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_18_d0001de0001.pdf Acesso em 28/04/2021.

BRASIL. Decreto nº. 21.081. 1932 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21081-24-fevereiro-1932-511792-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=O%20Chefe%20do%20Governo%20Provis%C3%B3rio,que%20a%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20do%20art> Acesso em 16/04/2021.

BRASIL. Decreto nº. 641. 1852. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-641-26-junho-1852-558790-publicacaooriginal-80365-pl.html> Acesso em 16/04/2021.

BRASIL. Lei de Segurança Nacional. 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html> Acesso em 26/04/2021.

BRASIL. Lei dos Sindicatos. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 26/04/2021.

BRASIL. Lei nº. 136. 1935. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0136.htm#:~:text=LEI%20No%20136%2C%20DE%2014%20DE%20DEZEMB

[RO%20DE%201935.&text=Modifica%20varios%20dispositivos%20da%20Lei,dos%20Estados%20Unidos%20do%20Brasil](#) Acesso em 16/04/2021.

BRASIL. Lei nº. 457. 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-457-26-novembro-1935-516652-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=O%20Presidente%20da%20Republica%20dos,autorizado%20pelo%20decreto%20legislativo%20n.&text=1%C2%BA%20E%20declarado%20em%20estado,territ%C3%B3rio%20brasileiro%2C%20por%20trinta%20dias> Acesso em 16/04/2021.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Fundo Conselho Nacional do Trabalho. Processo nº 4.167. Disponível em: <https://arquivoteca.tst.jus.br/reclamacao-trabalhista-n-4167-1936> Acesso em 28/04/2021.

Bibliografia

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2003. Pp. 159-182.

BORGES, Breno Albuquerque Brandão. **Patrimônio ferroviário e autenticidade**: avaliação do Conjunto Ferroviário de Caruaru. Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13264> Acesso em: 1 maio. 2020.

BRITTO, Aurélio de Moura. **O germe da indisciplina**: negociações, embates e enfrentamentos coletivos na Casa de Detenção do Recife (1930-1935). Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33949> Acesso em: 1 maio de 2020.

CALILI, Gilberto. 2010. Os Integralistas frente ao Estado Novo: Euforia, decepção E subordinação. In **Locus: Revista de História**, 16 (1). Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20135> Acesso em: Acesso em 10/04/2021.

CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932**: a causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAVALCANTI, Marcelo Antunes. **Os sistemas logísticos de transporte e a estruturação do território pernambucano**: gênese e produção. Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17676/1/Tese%20-%20Marcelo%20Antunes%20Cavalcanti.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2021.

CONSELHO Nacional do Trabalho. Verbete criado por Mônica Kornis. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-nacional-do-trabalho-cnt> Acesso em: 1 maio. 2020.

COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935** – Natal: o primeiro ato da tragédia. São Paulo/Natal: Ensaio/Cooperativa Cultural UFRN, 1995.

CRUZ, Natalia Reis. **História, memória e poder**. A Ação Integralista Brasileira e a reconstrução mistificada do passado e do presente, p. 181-192 Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.162.02> Acesso em 10/04/2021.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In FAUSTO, B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: sociedade e política. Rio de Janeiro: Editora DIFEL, 1978. Pp. 401-426.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Pp. 373-401.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989. Pp. 143-180.

LEVINE, Robert. **A velha usina**: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEVINE, Robert. Pernambuco e a Federação Brasileira 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, volume 8, 1982. Pp. 122-151.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Pp. 40-61.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000.

OLIVEIRA, Priscila Sobrinho de. Peregrinando entre cárceres: trajetórias de encarceramento de presos políticos comunistas na Era Vargas (décadas de 1930 e 1940) In: **Revista de História**, Vol. 5, Nº 8 Montevideo, pp. 235-260, enero - junio 2019.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Pp. 13-37.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. As primeiras ferrovias do nordeste brasileiro: processo de implantação e o caso da *Great Western Railway*. In **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 9, nº 17, p. 169-220, jun. 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A intentona comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TRIBUNAL de Segurança Nacional. Verbete criado por Mônica Kornis. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribunal-de-seguranca-nacional-tsn> Acesso em: 1 maio. 2020.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. Pp. 64-105.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

Declaração de autenticidade

Eu, **Bruno Sousa Lima**, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **Recife sublevada: a insurreição de 1935 em uma perspectiva micro-histórica** foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 28 de abril 2021.

A handwritten signature in black ink, reading 'Bruno Sousa Lima', with a long horizontal flourish extending to the right.

BRUNO SOUSA LIMA